Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

CNPJ/MF nº 10.366.780/0001-41

Demonstrações financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	226.915	387.424
Consumidores, concessionárias e permissionárias	9	4	43.545
Estoques	10	37.898	37.402
Tributos a recuperar	11	24.579	16.116
Outros créditos	12	7.821	10.870
Total do ativo circulante		297.217	495.357
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	18	84	83
Outros créditos	12	361	500
Total do realizável a longo prazo		445	583
Imobilizado	13	950	909
Total do ativo não circulante		1.395	1.492
Total do ativo		298.612	496.850

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	14	2.506	4.550
Tributos a recolher	15	291	50.504
Obrigações com pessoal		931	429
Adiantamento de clientes		135	-
Dividendos a pagar	17	-	33.426
Outras contas a pagar	18	9.063	12.950
Total do passivo circulante		12.926	101.859
Não circulante			
Provisão para contingências	16	787	750
Total do passivo não circulante		787	750
Patrimônio líquido	20		
Capital social		100	61.413
Reservas de lucros		284.799	332.828
Total do patrimônio líquido		284.899	394.241
Total do passivo e patrimônio líquido		298.612	496.850

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de reinvestimento	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		61.413	12.282	255.346	-	60.455	-	389.497
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	22.c	-	-	-	-	(60.455)	-	(60.455)
Dividendos antecipados propostos (R$ 0,587 por ação) e pagos	22.c	-	-	-	-	-	(64.500)	(64.500)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	163.125	163.125
Destinação do lucro:	22.c					-		
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração		-	-	29.421	-	-	(29.421)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(33.426)	(33.426)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais		-	-	-	-	35.778	(35.778)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		61.413	12.282	284.768	-	35.778	-	394.241
Ajustes de exercícios anteriores								
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	22.c	-	-	-	-	(35.778)	-	(35.778)
Aumento de capital com reserva legal	22.a	12.262	(12.262)	-	-	-	-	-
Redução de capital	22.a	(73.575)	-	-	-	-	-	(73.575)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(740)	(740)
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração/reinvestimento	22.d	-	-	(1.015)	1.766	-	-	751
Saldos em 31 de dezembro de 2025		100	20	283.753	1.766	-	(740)	284.899

Demonstração do resultado

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	21	(1.051)	356.302
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	22	(7.988)	(33.256)
Custo de operação	23	(18.894)	(140.029)
Lucro (prejuízo) bruto		(27.933)	183.017
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(6.663)	(12.484)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	971	(4.349)
Lucro (prejuízo) operacional		(33.625)	166.184
Receitas financeiras	24	34.685	32.451
Despesas financeiras	24	(1.465)	(8.298)
Resultado financeiro		33.220	24.153
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		(405)	190.337
IR e CS	19		
Corrente		-	(65.771)
Diferido		(335)	38.559
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(740)	163.125

Demonstração do resultado abrangente

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(740)	163.125
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(740)	163.125

Demonstração dos fluxos de caixa

Atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(740)	190.337
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa			
Depreciação	13 e 23	1	91.602
Perda com baixa de ativos imobilizados e intangíveis		-	1.998
Provisão para contingências	16	37	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	9 e 23	(3)	3
		(705)	283.940
(Acréscimo) decréscimo nos ativos:			
Consumidores, concessionárias e permissionárias		43.544	34.964
Estoques		(496)	3.428
Tributos a recuperar		(8.463)	12.335
Depósitos judiciais		(1)	(57)
Outros créditos		3.188	722
Acréscimo (decréscimo) nos passivos:			
Fornecedores		(2.044)	(713)
Tributos a recolher		(49.011)	33.760
Obrigações com pessoal		(429)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(38.504)
Outras contas a pagar		(3.271)	33.448
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(17.685)	363.323
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(59.905)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) das atividades operacionais		(17.688)	303.418
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		(42)	(688)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(42)	(688)
Atividades de financiamento			
Redução de capital	22.a	(73.575)	-
Dividendos pagos	17	(69.204)	(158.381)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(142.779)	(158.381)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		(160.509)	144.349
No início do exercício		387.424	243.076
No final do exercício		226.915	387.424
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		(160.509)	144.349

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo de desenvolver, implementar, operar e explorar duas usinas termelétricas ("UTEs"), denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termonordeste" (conjuntamente, "UTEs"). Ambas são movidas a óleo combustível e possuem potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTEs receberam autorização para exploração por um período de 35 anos sob o regime de produção independente de energia elétrica, conforme as Portarias do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 340, de 6 de dezembro de 2007, e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termoparaíba e a UTE Termonordeste, respectivamente. As operações tiveram início em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e em 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Projetada, s/n, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário, Km 01, Distrito Industrial, João Pessoa, Paraíba, CEP 58.000-000. As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia comercializada no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos de Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, o custo da energia gerada é pago pelas distribuidoras compradoras no leilão, considerando o preço do Custo Variável Unitário ("CVU") declarado para a energia gerada. Até o exercício findo em 2024, as UTEs possuiam duas fontes de receita: Receita fixa: remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, representando a receita de disponibilidade. Receita variável: valor obtido pela energia efetivamente gerada pelas UTEs, calculado com base no CVU, expresso em R$/MWh. O CVU é composto por duas parcelas: a primeira referente ao custo do combustível e a segunda aos demais custos variáveis. Em 2025, as UTEs não possuem fontes de receita regulares. **1.1. Continuidade operacional da Companhia:** Em 31 de dezembro de 2024, encerrou-se o ciclo de 15 anos dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), originados no Leilão 002/2007-ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia iniciou uma fase de transição estratégica, caracterizada pelos seguintes pilares: • Operação Diferenciada: A EPASA permanece operacional através do despacho de energia baseado em leilões semanais, com remuneração atrelada ao Custo Variável Unitário (CVU) ofertado. A última oferta em dezembro de 2025 foi de R$ 1.102,94/MWh. • Operação na modalidade Merchant: As UTEs possuem autorização vigente para operar sob o regime Merchant, permitindo a venda de energia de forma independente no mercado livre. Esta modalidade está amparada pela aprovação do Custo Variável Unitário (CVU) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em agosto de 2025, o que assegura à Companhia a prerrogativa de ser despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) sempre que o preço de mercado superar seus custos variáveis, garantindo flexibilidade operacional e uma fonte de receita complementar aos contratos de reserva de capacidade. O último CVU aprovado pela CCEE em dezembro de 2025 foi de R$ 1.934,86/MWh. • Participação no LRCAP 2025/2026: A Companhia formalizou seu cadastro para o Leilão de Reserva de Capacidade de 2025/2026. O sucesso neste certame é o vetor principal para garantir novos contratos de longo prazo e a estabilidade da receita de disponibilidade. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou capital circulante líquido de R$ 284.291 (2024: R$ 393.498). Adicionalmente, conforme demonstrado na Nota 8, a Companhia possui R$ 226.915 em caixa e equivalentes de caixa o que é mais que suficiente para fazer frente as suas obrigações de em um prazo de pelo menos doze meses a partir da emissão dessa demonstração financeira. **2. Base de preparação:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor e nenhum ativo ou passivo foi avaliado a valor justo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Aprovação das demonstrações financeiras: A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2026. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Julgamentos:** Não existem informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: • Nota 13 - Valor de recuperação e estimativa de vida útil do imobilizado; • Nota 16 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial As referidas normas e alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia a pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. Até a data de emissão dessas demonstrações contábeis o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não havia promulgado o CPC 51. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. • Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **7. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **7.1. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável, pela venda de energia elétrica, é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre: Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **7.2. Subvenções governamentais (Lucro da exploração):** Em 2015, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de empresas localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da Companhia. As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos. A Companhia possui direito à utilização do benefício até 31 de dezembro de 2027, conforme Laudo Constitutivo nº 337/2018. **7.3. Receitas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **7.4. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **7.5. Estoques:** O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável. A Companhia verifica a utilização e necessidade dos itens para identificar possíveis perdas por danificações ou obsolência. **7.6. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Depreciação: No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbitos regulatórios foram pautadas por temas como descontratação antecipada das UTEs à óleo e renovações de térmicas a Gás Natural. Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização. A Administração levou em consideração as mudanças ocorridas no cenário econômico e de mercado com fatores determinante de mudança para o exercício, e efetuou a mudança prospectivamente para as demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Nos exercícios anteriores as vidas úteis dos itens do imobilizado em construção eram determinadas à medida que a construção fosse finalizada e o início das operações definido, com a mudança das premissas de depreciação, todos os Ativos passaram a ter vida útil limitada a, no máximo, 15 anos, com término ao final de 2024, considerando o período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, momento no qual as UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Caso a Companhia logre êxito no LRCAP, novos investimentos deverão ser efetuados no parque industrial, de maneira a garantir a entrega de energia para novos contratos de longo prazo. **7.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e, também, com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Mensuração subsequente Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Desreconhecimento Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, A Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. Mensuração subsequente Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e outras contas a pagar. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **7.8. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias. **7.9. Redução ao valor recuperável (impairment):** Ativos não financeiros Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. **7.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis. **7.11. Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de "reserva para proposta de dividendos propostos", em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediário apurado através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários na data-base de 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

8. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Banco conta movimento	3.483	165
Aplicações financeiras	223.432	387.259
	226.915	387.424

O saldo de bancos conta movimento é representado por depósitos bancários, sem a incidência de juros com alta liquidez. Aplicações financeiras de curto prazo - Substancialmente são remuneradas diariamente através de uma aplicação em operações com Certificado de Depósito Bancário - CDB, com rentabilidade de 100,50% do CDI (entre 98% e 101,5% do CDI em 2024), com prazo de resgate em até 60 dias. Os valores possuem natureza de reserva de caixa e não de investimento financeiro.

9. Consumidores, concessionárias e permissionárias:

	2025	2024
Operações realizadas na CCEE (a)	4	1.084
Concessionárias e permissionárias - Partes relacionadas	-	8.107
Concessionárias e permissionárias	-	34.357
	4	43.548
Perda esperada de liquidação duvidosa	-	(3)
	4	43.545

(a) Operações realizadas na CCEE - operações realizadas no curto prazo nas seguintes configurações: • Revenda da compra de energia no mercado Spot para repor garantia de disponibilidade prevista em contrato de concessão; • Operação em modo de inflexibilidade também prevista no contrato de concessão; • Despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa disposta na Resolução Normativa ANEEL 822/2018. **10. Estoques**

	2025	2024
Insumos para produção de energia	23.160	23.142
Peças e materiais de manutenção periódica	14.738	14.260
	37.898	37.402

Os estoques da Companhia são representados, em sua maioria, pelos insumos utilizados na produção de energia (óleo lubrificante, diesel e OCB1). Os demais referem-se às peças utilizadas para a manutenção periódica e preventiva de suas máquinas e equipamentos, além de matéria prima. A administração não identificou fatores de obsolescência sobre os estoques. O Leilão LRCAP 2025/2026, do qual a Companhia participará, não prevê a utilização de insumos à base de combustíveis fósseis, atualmente empregados em sua operação. Caso a Companhia seja a vencedora, os itens em estoque serão consumidos durante o processo de transição e nas manutenções necessárias para a plena operação do novo contrato de concessão.

11. Tributos a recuperar:

	2025	2024
PIS (a)	256	-
COFINS (a)	815	-
IRPJ e CSLL a compensar (d)	1.377	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (c)	9.079	-
Créditos de ICMS - Aquisição de combustível (b)	13.052	16.116
	24.579	16.116

(a) PIS e COFINS - Os créditos decorrentes de insumos referem-se a despesas diretamente relacionadas às operações da Companhia, que foram reconhecidas como passíveis de recuperação tributária. Esses créditos serão utilizados para a compensação de tributos federais devidos, por meio do processo eletrônico de restituição e compensação (PER/DCOMP) junto à Receita Federal do Brasil. (b) Créditos de ICMS - Aquisição de combustível - Refere-se ao crédito de ICMS oriundo da operação de compra de matéria prima (combustível) beneficiada por Regime Especial de Tributação. Na emissão da nota fiscal de compra a alíquota de ICMS utilizada corresponde a 18% (dezoito por cento), sem observar o benefício fiscal da Companhia. Tal situação ocorre devido a limitações de ajuste no ERP da VIBRA (Fornecedor) utilizado para realizar a operação. A Companhia vem alternativamente requerendo a restituição da parte incentivada de 10% (dez por cento) do ICMS por substituição tributária, cujos créditos obtidos são registrados somente após a homologação na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) da Paraíba e são compensados com o fornecedor. (c) Imposto de renda retido na fonte - IRRF - Trata-se de um crédito tributário decorrente do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras, o qual será aproveitado para compensação do imposto devido quando da geração de lucro tributável, conforme a legislação vigente. Nos anos anteriores o crédito era utilizado como saldo negativo após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) do ano. (d) IRPJ e CSLL a compensar - trata-se de valores pagos a maior, a serem compensados em exercícios posteriores.

12. Outros créditos:

	2025	2024
Circulante		
Adiantamentos - fornecedores (a)	77	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados (b)	2.701	2.418
Ordens em curso (c)	3.983	6.055
Despesas antecipadas (d)	966	2.372
Outros	94	25
	7.821	10.870
Não circulante		
Despesas antecipadas (d)	-	500
Desenvolvimento de novos projetos	361	-
	361	500

(a) Adiantamentos a fornecedores - Compreendem valores adiantados a fornecedores referente a compra de materiais para manutenção das usinas. (b) Cauções, fundos e depósitos vinculados - Valor composto, principalmente, por garantia financeira de pagamento de encargos (CUST) correspondente a ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) referente a encargos de utilização do sistema de transmissão. (c) Ordens em curso - Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 20). O saldo contabilizado refere-se a projetos em andamento. (d) Despesas antecipadas - Compreendem seguros da Companhia e valores antecipados a título de FEEF (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal) para obter liberação das parcelas de ressarcimento de ICMS, vide Nota 11. **13. Imobilizado:**

Saldo	Edificações obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
em 31/12/2023	5.332	83.738	87	59	1.796	91.009
Adições	-	-	-	-	688	688
Baixas	-	-	-	-	(1.572)	(1.575)
Depreciação	(5.332)	(83.738)	(87)	(59)	-	(89.216)
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	909	909
Custo histórico	36.277	673.560	344	588		
Depreciação acumulada	(36.277)	(673.560)	(344)	(588)		
Adições	-	25	-	-	17	42
Depreciação	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldo em 31/12/2025	-	24	-	-	926	950
Custo histórico	36.277	673.585	344	588		
Depreciação acumulada	(36.277)	(673.561)	(344)	(588)		
Taxa média de depreciação	14,80%	12,58%	30,00%	9,82%		

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou possíveis indícios de desvalorização de seus ativos que pudessem demandar a realização de testes de recuperabilidade. Essa avaliação foi conduzida com base em fontes internas e externas de informação, considerando fatores como variações nas taxas de juros e mudanças nas condições de mercado, entre outros. Os resultados dessa análise indicaram que, em nenhum dos períodos apresentados, houve indícios de desvalorização dos ativos. Dessa forma, não foram reconhecidas perdas por desvalorização. Em conformidade com o CPC 27, que estabelece que a vida útil de um ativo pode ser inferior à sua vida econômica, a Companhia, no exercício de 2020, identificou a necessidade de alinhar a vida útil de seus ativos à vida útil econômica do Empreendimento. A revisão das taxas de depreciação considerou fatores mercadológicos, tais como: (i) a ausência de fontes de combustível a óleo nos últimos leilões de energia e (ii) a predominância das discussões regulatórias sobre a renovação térmica com gás natural. Diante do encerramento dos contratos de venda de energia em 31 de dezembro de 2024, o ativo imobilizado da Companhia foi totalmente depreciado. **14. Tributos a recolher:**

	2025	2024
IRPJ	202	28.846
CSLL	78	18.355
ICMS	-	6
PIS	-	495
COFINS	-	2.316
Outros	11	486
	291	50.504

15. Fornecedores:

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	108	435
Encargos de uso da rede elétrica	2.393	2.347
Materiais e serviços	5	1.768
	2.506	4.550

A redução do grupo em comparação com 2024 justifica-se em virtude do encerramento de contratos com fornecedores de manutenções da usina e do terreno. **16. Provisão para contingências:**

	2025 Provisões para contingências	2025 Depósitos judiciais	2024 Provisões para contingências	2024 Depósitos judiciais
Trabalhista	37	84	-	70
Cíveis	-	-	-	13
Fiscais	750	-	750	-
	787	84	750	83

As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	-	-	-	37	37
Fiscais	750	-	750	-	750
	750	-	750	37	787

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. Perdas possíveis - a Companhia tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre estas foi constituída. A Companhia possui um único processo trabalhista com avaliação de perda possível, no montante de R$ 20. **17. Dividendos a pagar:** A movimentação dos dividendos no exercício é a seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	33.426	-
Dividendos adicionais aprovados do exercício anterior	35.778	60.455
Dividendos antecipados propostos	-	64.500
Pagamento de dividendos	(69.204)	(124.955)
Dividendos mínimos obrigatórios do ano	-	33.426
Saldo final	-	33.426

18. Outras contas a pagar:

	2025	2024
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	6.743	10.014
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	114
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	13	57
Folha de pagamento	-	539
Participação nos resultados (b)	2.307	2.226
	9.063	12.950

(a) Programas de pesquisa e desenvolvimento - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. (b) Participação nos resultados - Refere-se a provisões para pagamento de participação nos resultados a colaboradores e diretoria. **19. Imposto de renda e contribuição social: 19.1. Composição da despesa no resultado:**

	2025	2024
Corrente		
Imposto de renda	-	(79.782)
(-) Incentivo do PAT	-	197
(-) Lucro da exploração	-	29.421
(-) Doação Lei Rouanet (Lei 8.313/1991)	-	9.527
Contribuição social	-	(25.134)
	-	(65.771)
Diferido		
Imposto de renda	(246)	31.044
Contribuição social	(89)	7.515
	(335)	38.559
	(335)	(27.212)

19.2. Reconciliação dos montantes do IRPJ e CSLL registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025 IRPJ	2025 CSLL	2024 IRPJ	2024 CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(405)	(405)	190.337	190.337
Alíquotas fiscais	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais combinadas	-	-	47.584	17.130
Adições temporárias e permanentes:	(1.128)	(1.128)	96.111	94.259
Exclusões temporárias e permanentes	-	-	(5.563)	(5.563)
Base de Cálculo Antes da Compensação	(1.532)	(2.290)	255.747	254.516
Compensação de 30% prejuízos fiscais	-	-	-	-
Base de cálculo após compensação	-	-	255.747	254.516
Imposto de renda devido	-	-	42.133	-
Adicional de 10% cálculo do imposto de renda	-	-	28.064	-
Isenção do incentivo do PAT	-	-	(197)	-
Efeito do lucro da exploração	-	-	(29.421)	-
Contribuição social devida	-	-	-	25.113
Outras estimativas e compensações (*)	-	-	(9.527)	-
IRPJ/CSLL Diferido	(246)	(89)	(10.114)	(7.031)
IRPJ e CSLL no resultado	246	89	(20.938)	(18.082)
Alíquota efetiva	-	-	11%	9%

(*) No exercício de 2024 a Companhia destinou parte do Imposto de renda a recolher para programa cadastrado na Lei Rouanet. **20. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 100 (2024: R$ 61.413), correspondente a 100.000 (2024: 95.420.898) ações ordinárias, conforme quadro abaixo:

Acionistas	2025 Ações	2025 Participação - %	2024 Ações	2024 Participação - %
CPFL Geração de Energia S/A	-	-	50.900.370	53,343
EBrasil Gás e Energia S/A	94.470	94.470	39.756.163	41,664
OZ&M Incorporação, Participação Ltda.	2.530	2,533	2.417.011	2,533
Aruanã Energia S/A	-	-	2.347.354	2,460
Marcelo de Ornellas Cantarelli	1.500	1,500	-	-
Victor de Ornellas Cantarelli	1.500	1,500	-	-
Total	100.000	100,000	95.420.898	100,000

Em 7 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia por meio da capitalização de saldos da reserva legal no valor de R$ 12.262 sem a modificação do número de ações, passando o capital social para R$ 73.675. Na mesma Assembleia, foi aprovada a redução de capital social em R$ 73.576, sem o cancelamento de ações. O montante da redução foi pago aos acionistas na proporção de sua participação no capital social daquela data. Em 9 de abril de 2025, a Ebrasil Gas e Energia S/A celebrou o contrato de compra e venda de ações com a Aruanã Energia S.A. onde adquiriu a totalidade das ações da EPASA dessa acionista. Em 10 de junho de 2025, a Ebrasil Gas e Energia S/A celebrou o termo de fechamento de compra e venda de ações com a CPFL Geração de Energia S.A. onde adquiriu a totalidade das ações da EPASA dessa acionista. Em 11 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o grupamento geral da totalidade das ações de emissão da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1 nova ação para cada lote de 954,20898 ações emitidas pela Companhia. Dessa forma o capital social passou a ser representado por 100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuidas entre as acionistas de acordo com o percentual de participação de cada um. Em 15 de agosto de 2025, Marcelo de Ornellas Cantarelli e Victor de Ornellas Cantarelli celebraram contrato de compra e venda de ações com a EBrasil Gas e Energia S/A onde adquiriram 3.000 ações da EPASA, sendo 1.500 ações para cada comprador. b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reserva encontrava-se constituída no limite de 20% do capital social, no montante de R$ 20 (2024: R$ 12.282). c) Destinação do lucro líquido do exercício: Ao final de cada exercício social, o lucro terá as seguintes destinações: • 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social. • 25% do lucro líquido do exercício, estipulado de acordo com o artigo 202 da lei das sociedades anônimas, para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório. • O saldo será destinado conforme deliberação da assembleia geral. No exercício de 2025, a Companhia registrou prejuízo e não houve resultado a ser destinado. Adicionalmente, foi aprovado o pagamento dos dividendos adicionais propostos no exercício anterior, no montante de R$ 35.778 o qual foi pago conforme divulgado na Nota 17. Para o exercício de 2024, a Administração da Companhia propôs que o lucro do exercício, no montante de R$ 163.125, fosse destinado da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(740)	163.125
(-) Constituição de reserva legal	-	-
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro de exploração (vide nota 23.c)	-	(29.421)
(=) Base total dos dividendos	-	133.704
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	33.426
Dividendos antecipadamente distribuídos (1º semestre)	-	64.500
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	35.778
Total - Base de dividendos	-	133.704

Ainda no exercício de 2024, foi aprovado o pagamento do dividendo adicional proposto em 2023, no montante de R$ 60.455 e distribuído o montante de R$ 64.500 (R$ 0,68 por ação) referente à antecipação de dividendos com base no resultado apurado até 30 de junho de 2024. d) Reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração: No exercício de 2024, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no lucro da exploração, suportada pelo Laudo Constitutivo nº 0337/2018, expedido pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento. O lucro da exploração é a parcela do lucro operacional de uma empresa resultante exclusivamente de suas atividades principais, excluindo receitas e despesas não operacionais, incentivos fiscais e participações societárias. Esse indicador é relevante para avaliar a eficiência do negócio em gerar resultado a partir de sua operação, sendo frequentemente utilizado para fins contábeis, fiscais e na apuração de benefícios como isenções tributárias. Em 2025, a Companhia procedeu com redução de R$ 1.015 no saldo da Reserva, decorrente de reapurações fiscais de 2012. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva é de R$ 283.753. e) Reserva de incentivos fiscais - reinvestimento: No exercício de 2024, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de reinvestimento, que destina 30% do IRPJ a pagar em projetos de modernização ou complementação de equipamento. O saldo desta conta em 2025 é de R$ 1.766. **21. Receita operacional líquida:**

	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	389.941
Energia elétrica de curto prazo	422	8.163
Total da receita operacional bruta	422	398.104
Deduções da receita operacional		
PIS	-	(6.569)
COFINS	-	(30.256)
Programa de P&D e eficiência energética	(5)	(3.576)
Taxa de fiscalização	(1.468)	(1.400)
	(1.473)	(41.801)
Receita operacional líquida	(1.051)	356.302

A redução em 2025 é decorrente do encerramento dos contratos de geração e venda de energia em dezembro de 2024, conforme comentado na Nota 1. **22. Custo com energia elétrica:**

	2025	2024
Energia comprada para revenda		
Energia adquirida de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	(166)	(8.904)
(-) Crédito de PIS e COFINS	-	824
Combustível para produção de energia - Nota 11 (b)	17.787	-
Subtotal	17.621	(8.080)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos da rede básica	(25.919)	(26.946)
Encargos de conexão	(787)	(796)
(-) Crédito de PIS e COFINS	1.097	2.566
Subtotal	(25.609)	(25.176)
Total custo de energia elétrica	(7.988)	(33.256)

A compra de energia em 2024 foi necessária durante o período dos contratos CCEAR, principalmente, para suprir as perdas inerente ao processo produtivo e assim atender a demanda, procedimento muito comum no setor elétrico. **23. Custos e despesas operacionais:**

	2025	2024
Custo de operação	(18.894)	(140.029)
Despesas gerais e administrativas	(6.663)	(12.484)
Outras receitas (despesas), líquidas	971	(4.349)
	(24.586)	(156.862)
Pessoal	(14.259)	(24.440)
Material	(39)	(22.005)
Serviços de terceiros	(6.223)	(11.228)
Depreciação e amortização	(1)	(91.599)
Taxa de arrecadação	(101)	(230)
Tributos	(2.265)	-
Seguros	(2.048)	-
Provisão para perdas do contas a receber	-	3
Aluguéis	(43)	(37)
Publicidade e propaganda	-	(28)
Legais, judiciais e indenizações	-	(13)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros ativos não circulantes	453	(4.119)
Outros	(60)	(3.166)
Total	(24.586)	(156.862)

A redução das despesas com materiais esteve diretamente relacionada à menor necessidade de insumos, reflexo do desligamento das usinas.

24. Resultado financeiro:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	36.297	33.090
Acréscimos e multas moratórias	17	-
Atualização de créditos fiscais	-	880
Atualizações monetárias e cambiais	-	5
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.692)	(1.582)
Outros	63	58
	34.685	32.451
Despesas financeiras		
Atualizações monetárias e cambiais	(776)	(306)
Despesa tributárias (IRRF) (i)	-	(7.500)
Outros	(689)	(492)
	(1.465)	(8.298)
Resultado financeiro	33.220	24.153

(i) Em 2024, a Companhia compensou créditos tributários de IRRF sobre aplicações financeiras de exercícios anteriores. A Receita Federal aprovou a reversão via PERD/COMP, permitindo o uso dos valores retidos para quitar tributos. Esse procedimento otimizou a gestão fiscal e reduziu encargos. Como o crédito está ligado ao resultado financeiro, a Companhia o registrou como Despesa Financeira. Essa classificação segue as normas contábeis, garantindo que a compensação dos créditos tributários seja refletida corretamente no resultado. **25. Transações com partes relacionadas:** A Companhia tem como um dos acionistas a EBRASIL Gás e Energia S.A. pertencente ao Grupo EBRASIL, um dos principais players privados do setor de geração de energia térmica no Brasil, com forte presença no Nordeste. Em 31 de dezembro de 2025, a EBRASIL Gás e Energia S.A detém 94,47% da participação acionária. Os demais sócios detêm em conjunto 5,53%. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou transações com patres relacionadas. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os diretores estatutários (7 diretores) e o Conselho de Administração (5 membros) da Companhia. A remuneração paga no exercício de 2025 foi de R$ 2.517 (2024: R$ 6.148). A Companhia não concede aos seus administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós emprego e benefícios de rescisão contratual, além dos previstos na legislação brasileira. **26. Seguros:**

Descrição	Ramo da apólice	2025	2024
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	1.319.280	2.796.000
Automóveis	Cobertura compreensiva	2.936	2.700
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica, vidas em grupo e acidentes	27.970	125.000
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	-	150.160
		1.350.086	3.073.860

27. Instrumentos financeiros: A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados. A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo. Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Companhia são como segue:

Ativo	Mensuração	2025 Contábil	2025 Valor Justo	2024 Contábil	2024 Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	226.915	226.915	387.424	387.424
Consumidores, concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	4	4	43.545	43.545
Outros créditos	Custo amortizado	8.182	8.182	11.370	11.370
		235.101	235.101	442.339	442.339
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	2.506	2.506	4.550	4.550
Outras contas a pagar	Custo amortizado	9.679	9.679	46.376	46.376
		12.185	12.185	493.265	493.265

A administração da Companhia analisou e concluiu que seus instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas, entre outros, foram utilizados para estimar eventuais variações em relação ao valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia: • Caixa e equivalentes de caixa: esses saldos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e estão avaliadas a custo amortizado baseado no fato de que a Companhia retende manter esses ativos até o vencimento e eles atendem aos critérios de fluxo de caixa contratual. • Consumidores, concessionárias e permissionárias: são avaliados pelo custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas de créditos esperadas, quando aplicável. • Fornecedores: decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de bens e materiais necessários para o funcionamento da Companhia, com preços praticados a valor de mercado. • Outros créditos e outras contas a pagar: referem-se aos itens divulgados nas notas 12 e 18 e estão registrados ao custo amortizado. a) Análise de sensibilidade: Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de juros, conforme demonstrado: **Variação das taxas de juros:** (i) Com o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 seja mantido; e (ii) Com os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 14,32% a.a. - TJLP 8,96% a.a.). Os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para o próximo exercício social seria uma receita financeira de R$ 32.494 (receita de CDI). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor do resultado financeiro seria impactado da seguinte maneira:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I	Elevação/ Redução de índice em 25%	Elevação/ Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	226.915	Baixa CDI	32.494	40.618	48.741
Total	226.915		32.494	40.618	48.741

Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. c) Análise de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	2.393	113	-	-	-	-	2.506
EPE / FNDCT / P&D	18	-	-	6.743	-	-	-	6.743
Total		2.393	113	6.743	-	-	-	9.249
31/12/2024	**Nota**	**Menos de 1 mês**	**1-3 meses**	**3 meses a 1 ano**	**1-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	15	531	2.761	1.258	-	-	-	4.550
EPE / FNDCT / P&D		171	342	1.539	4.104	-	-	6.156
Total		702	342	1.539	4.104	-	-	6.687

28. Gestão de riscos: Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seus Conselhos Fiscal e de Administração. Vislumbra-se como principal fator de risco de mercado que afeta os negócios: • Risco de crédito: o risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **29. Compromissos assumidos:** Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra são como segue:

Obrigações Contratuais em 31/12/2025	Menos de 1 ano	1-3 Anos	4-5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	113	6.743	-	-	6.856
Encargos de Transmissão e Distribuição	2.393	-	-	-	2.393
Total	2.506	6.743	-	-	9.249

Obrigações Contratuais em 31/12/2024	Menos de 1 ano	1-3 Anos	4-5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	531	-	-	-	531
Encargos de Transmissão e Distribuição	2.910	-	-	-	2.910
Total	3.441	-	-	-	3.441

30. Eventos subsequentes: A Companhia sagrou-se vencedora de Leilão de reserva de capacidade (LRCAP) promovido pela ANEEL em 19 de março de 2026, com potência total de 347 MW para duas UTEs a Gas Natural, na Paraiba. O processo encontra-se em fase de formalização.

Lucas Lustosa Cantarelli - Diretor Presidente

Mayara Peixoto Quintino Martorelli - Contadora

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA.** João Pessoa - PB. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 14 de março de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. •Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife (PE), 24 de março de 2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/O

Henrique Piereck de Sá - Contador CRC PE-023398/O

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106
Dados: 2026.04.23 18:34:05 -03'00'